



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, SEUS QUANTITATIVOS E SEUS VALORES (Art. 6, inciso XXIII, alínea “a” E “i” da Lei 14.133/2021)

A administração municipal possui diversos prédios públicos equipados com sistemas de videomonitoramento destinados à proteção do patrimônio público, segurança de servidores e usuários dos serviços públicos.

Esses equipamentos necessitam de **instalação adequada, manutenção preventiva e corretiva periódica**, garantindo seu pleno funcionamento.

Atualmente, o município não possui equipe técnica especializada suficiente para atender todas as demandas relacionadas à instalação e manutenção desses sistemas, sendo necessária a contratação de empresa especializada.

A contratação permitirá:

- garantir a segurança patrimonial dos prédios públicos;
- reduzir riscos de vandalismo e furtos;
- manter o funcionamento contínuo dos sistemas de monitoramento;
- melhorar o controle e fiscalização de ambientes públicos.

1.1 ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A contratação está alinhada com as ações de:

- melhoria da segurança das repartições públicas;
- modernização da infraestrutura tecnológica do município;
- manutenção preventiva de equipamentos públicos.





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTRAN

A contratação também está prevista no **planejamento anual de aquisições da administração municipal**, conforme as demandas das secretarias.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS E GRAVADORES	2000	45,00	90.000,00

O valor total desta aquisição está estimado em **R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais)**.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “b” da Lei 14.133/2021)

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir **segurança patrimonial, monitoramento de ambientes públicos e apoio à fiscalização**, bem como manutenção da infraestrutura de videomonitoramento já existente nas repartições municipais.

Os sistemas de câmeras são essenciais para:

- proteção do patrimônio público;
- prevenção de vandalismo e furtos;
- monitoramento de áreas administrativas;
- apoio às atividades de fiscalização e controle urbano.

Assim, a contratação de empresa especializada assegura **manutenção adequada dos equipamentos e rápida resposta em caso de falhas**, garantindo a continuidade do serviço de monitoramento.





3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “c” da Lei 14.133/2021)

A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução dos seguintes serviços:

- instalação de câmeras de segurança;
- instalação e configuração de gravadores;
- manutenção preventiva;
- manutenção corretiva;
- testes e verificação de funcionamento;
- suporte técnico para os sistemas existentes.

A empresa deverá fornecer **mão de obra especializada e ferramentas necessárias para execução dos serviços.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “d” da Lei 14.133/2021)

A empresa contratada deverá:

- possuir experiência comprovada em instalação e manutenção de sistemas de videomonitoramento;
- disponibilizar equipe técnica capacitada;
- fornecer todas as ferramentas necessárias para execução dos serviços;
- seguir normas técnicas e de segurança do trabalho;





- atender às solicitações da administração dentro dos prazos estabelecidos.

Também será exigido:

- uso de equipamentos de proteção individual (EPIs);
- cumprimento das normas técnicas aplicáveis;
- atendimento às legislações trabalhistas e previdenciárias.

5. HABILITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA POR LEI EM CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS

Não se aplica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “e” da Lei 14.133/2021)

Não se aplica.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021).

Fica designado como gestor do contrato o Sr. **Marcioney José Garcia**, **Secretário do sistema de Infraestrutura, inscrito na matrícula 5143** para realizar a gestão estratégica do contrato, incluindo eventuais problemas e ações a serem tomadas.

Fica designado o servidor **Vagner Luís Custodio**, Assessor de Departamento de Trânsito, inscrita na matrícula 7225, para realizarem a fiscalização do presente contrato, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à administração.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/2021)





8.1 Do Recebimento

8.1.1 O recebimento será feito pelo servidor designado por esta municipalidade, responsável em promover a conferência, o exame qualitativo e quantitativo e a aceitação final do objeto da licitação, ou não.

8.2 Prazo de pagamento

8.2.1 A contratada deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, que será atestada pelo responsável do setor de compras ou servidor designado. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

8.3 Forma de pagamento

8.3.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

8.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4 Condições de pagamento

8.4.1 A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;

8.4.2 Para proceder o pagamento o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) a data da emissão; b) os dados do contratado e do contratante; c) o valor a pagar; e d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, entre outros;

8.4.3 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o





pagamento ficará condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

8.4.4 O Decreto Municipal nº 136/2023 do Município de Morro da Fumaça/SC trata sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)

O critério utilizado para a escolha do fornecedor será por **pregão eletrônico**.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 em caso de descumprimento, como advertência, multa, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Menor preço por lote.

12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

12.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço;

12.2 A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo de referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

12.3 A contratada deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de **1 (um) dia** o produto com avarias ou defeitos;





12.4 A contratada deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega do produto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.5 A contratada deve executar a entrega do produto no prazo fixado sob pena de desclassificação e convocação da próxima vencedora.

12.6 A contratada deverá manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão eletrônico e nesse termo de referência.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

13.1. Receber o produto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência;

13.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos entregues provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

13.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na entrega do produto, para que seja reparado ou corrigido.

13.4. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao produto entregue, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência e seus anexos.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6, inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/2021)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos do município.





15. VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Art. 84 da Lei 14.133/2021)

A Ata de Registro de Preços decorrente do presente certame terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada, a vantajosidade dos preços registrados para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata para mais **01 (um) ano**, poderá ser incluído todo o quantitativo originalmente previsto, desde que mantidas as condições iniciais do registro e resguardando o interesse público.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços registrados na Ata de Registro de Preços/Contrato serão reajustados anualmente, observando-se o interstício mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do orçamento estimado para a contratação ou do último reajuste concedido.

O reajuste será calculado com base no índice do **IPCA**, ou outro que venha a substituí-lo oficialmente.

A aplicação do reajuste dependerá de pedido formal da parte interessada, devidamente instruído e justificado, e será concedido mediante decisão administrativa fundamentada.

17. BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL

Não se aplica.





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTRAN

Morro da Fumaça/SC, 14 de abril de 2026.

Vagner Luiz Custódio
Assessor de Departamento de Trânsito
Matricula 7225

